

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Mayara de Souza

Verônica Loraine Ribeiro da Silva Rego

**A LUDICIDADE COMO UM COMPONENTE FACILITADOR
DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Taubaté

2022

Mayara de Souza
Verônica Loraine Ribeiro da Silva Rego

**A LUDICIDADE COMO UM COMPONENTE FACILITADOR
DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Graduação apresentado para
obtenção do Título de Licenciatura em
Pedagogia pelo Curso de Pedagogia do
Departamento de Pedagogia da Universidade
de Taubaté.

Área: Educação

Orientadora: Profa. Ma. Cássia Elisa Lopes
Capostagno.

Taubaté – SP
2022

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

S729I Souza, Mayara de
A ludicidade como um componente facilitador do desenvolvimento e aprendizagem na educação infantil / Mayara de Souza, Verônica Loraine Ribeiro da Silva Rego. -- 2022.
39f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Pedagogia, 2022.
Orientação: Profa. Ma. Cássia Elisa Lopes Capostagno,
Departamento de Pedagogia.

1. Educação infantil. 2. Leis. 3. Ludicidade. 4. Desenvolvimento.
I. Rego, Verônica Loraine da Silva II. Universidade de Taubaté.
Departamento de Pedagogia. Curso de Pedagogia. III. Título.

CDD – 372.21

MAYARA DE SOUZA
VERÔNICA LORAINÉ RIBEIRO DA SILVA REGO

**A LUDICIDADE COMO UM COMPONENTE FACILITADOR DO
DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Graduação apresentado para
obtenção do Título de Licenciatura em
Pedagogia pelo Curso de Pedagogia do
Departamento de Pedagogia da Universidade
de Taubaté.

Orientadora: Profa. Ma Cássia Elisa Lopes
Capostagno.

Data: ___/___/___

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.Dr. César Augusto Eugênio

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Me.Carlos Eduardo Reis Rezende

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Profa. Ma. Cássia Elisa Lopes Capostagno

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

À todos que fizeram parte da nossa trajetória acadêmica,
e para aqueles que desejam fazer a diferença na Educação Infantil.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer primeiramente a Deus, por ter nos dado força para enfrentar as dificuldades que encontramos ao longo do curso.

A todos que com um pequeno gesto demonstraram incentivo e apoio durante o curso.

À nossa família, amigos e namorados, por estarem sempre nos incentivando e ajudando nessa trajetória.

Agradecemos também a nossa orientadora, Professora Mestra Cassia Elisa Lopes Capostagno, por ter nos orientado de forma excelente, com muita paciência e dedicação, contribuindo significativamente com a ampliação do nosso conhecimento.

E para finalizar agradecemos uma à outra, por toda nossa dedicação, palavras de incentivo nas horas difíceis e pelo grande carinho que sentimos uma pela outra, o que nos ajudou a permanecemos sempre juntas.

Obrigada a todos que fizeram parte dessa realização de um sonho.

"Brincar não é perder tempo, é ganhá-lo.
É triste ter meninos sem escolas,
mas mais triste é vê-los enfileirados em salas sem ar,
com exercícios estéreis,
sem valor para a formação humana".
(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar se as brincadeiras que primam pela ludicidade podem favorecer no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da Educação Infantil. Para tanto, optamos por uma metodologia do tipo bibliográfica por esta nos permitir a consulta a várias fontes de informação: materiais virtuais e impressos tais como periódicos, artigos, obras de estudiosos dos assuntos pesquisados, os quais nos garantiram os dados para responder a nossa pergunta de pesquisa. No primeiro Capítulo, tratamos do percurso histórico para o surgimento do conceito de infância. No segundo Capítulo, abordamos os marcos legais que trataram sobre os direitos da criança na fase da primeira infância, garantindo que a Educação Infantil fosse considerada a primeira etapa da educação básica. No terceiro Capítulo, tratamos sobre as relações entre a ludicidade, o desenvolvimento infantil e a aprendizagem na primeira infância mediante pesquisas conduzidas por diferentes estudiosos dos referidos assuntos e sobre como os professores têm um papel indispensável e podem contribuir na elaboração das atividades lúdicas para que o desenvolvimento e aprendizado se efetivem nas instituições de Educação Infantil. Por fim, o referencial teórico usado nos permitiu concluir sobre a importância das atividades lúdicas como um componente favorecedor, tanto para o desenvolvimento, quanto para a aprendizagem da criança na Educação Infantil.

Palavras-chave: infância; educação infantil; leis; ludicidade; desenvolvimento. aprendizagem.

LISTA DE ABREVIACOES

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Cmara de Educao Bsica
CF	Constituio Federal
CNE	Conselho Nacional de Educao
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educao Infantil
ECA	Estatuto da Criana e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educao Nacional
ONGs	Organizaes No Governamentais
PNEI	Poltica Nacional de Educao Infantil
RCNEI	Referencial Curricular Nacional Para Educao Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	11
1.1 O Surgimento da Concepção de Infância	11
CAPÍTULO 2	20
2.1 Educação Infantil: a conquista de direitos da primeira infância	20
CAPÍTULO 3	27
3.1 O Brincar na Educação Infantil	27
3.2 O Papel do Mediador no Desenvolvimento das Atividades Lúdicas	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para este trabalho foi a ludicidade como um elemento facilitador do desenvolvimento e da aprendizagem na Educação Infantil. Este tema é de grande relevância, levando em consideração que o brincar é uma atividade formadora, e, portanto, importante no desenvolvimento da criança; no momento da brincadeira, a criança desenvolve sua autonomia, cria possibilidades, experimenta novas relações sociais, além de desenvolver suas habilidades motoras e de linguagem por meio da interação com outras crianças.

Sabemos que muitas vezes nas escolas de Educação Infantil, muitos pais não valorizam o brincar como este deveria ser valorizado. Assim, as atividades que envolvem o componente lúdico são vistas como algo sem importância, que são usadas apenas para “passar” o tempo, e, que em nada contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Assim, o objetivo deste trabalho foi, sobretudo, aprofundar nossos estudos sobre o brincar envolvendo o componente da ludicidade, elemento presente nas legislações e propostas curriculares da Educação Infantil, com vistas a podermos no exercício da docência contribuirmos para que as crianças da Educação Infantil se desenvolvam e aprendam de melhor maneira.

Para tanto, definimos a pergunta de pesquisa que nos guiou durante a elaboração deste trabalho: As atividades que têm como foco a ludicidade, quando desenvolvidas na Educação Infantil, podem ser consideradas como um elemento facilitador do desenvolvimento e aprendizagem infantil?

Pensando em uma hipótese para o problema posto, entendemos que se as atividades do brincar na Educação Infantil forem compostas, considerando o elemento da ludicidade, podemos ter muitos ganhos em termos do desenvolvimento e aprendizagem infantis.

O brincar é de extrema importância para o desenvolvimento da criança, pois é uma ferramenta estimuladora para aprendizagem, sendo assim proporciona prazer em meio a construção e o desenvolvimento de conhecimentos significativos, favorecendo o aprendizado da língua escrita ampliando as possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais.

O ato de brincar revela a bagagem que a criança traz do meio em que vive, das suas experiências e vivências, assim sendo, observar como ela brinca também

é estudar o modo como ela vive. O professor pode se tornar o agente incentivador e transformador, aquele que mostrará novas possibilidades de interação e de métodos para seu aluno alcançar os objetivos postos para as brincadeiras.

Nesse sentido, mostraremos na nossa pesquisa que a ludicidade é facilitadora da aprendizagem, uma vez que esta nos permite mostrar não só às crianças, mas também aos educadores, que é possível vivenciar o brincar de maneira lúdica em nossas escolas.

Optamos por fazer uma pesquisa bibliográfica para qual começamos com o levantamento do tema, seguido da leitura de obras (tanto impressas, quanto no formato digital) referentes ao tema a ser pesquisado, levantamento do nosso problema de pesquisa seleção de informações anotadas em material apropriado, conversas com a nossa Orientadora e consulta às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para o atendimento dos requisitos para a elaboração dos trabalhos científicos. Por fim, passamos à parte escrita do nosso trabalho.

No primeiro Capítulo, abordamos o surgimento da concepção da infância, e como a criança era vista pelos adultos, quem eram seus responsáveis, e quais eram suas tarefas no período do século XII ao XVII.

Buscamos respaldo também na teoria de Vygotsky para entender mais sobre o desenvolvimento e aprendizado infantil. Finalizando o capítulo discorreremos sobre como foram sendo criadas as primeiras instituições de acolhimento das crianças na primeira infância.

No segundo Capítulo, entramos na parte das legislações, fazendo um breve panorama e discorrendo sobre o amparo das leis que regulamentam a Educação Infantil desde a Constituição Federal de 1988 até os dias de hoje.

No terceiro Capítulo, abordamos o brincar no espaço das escolas de Educação Infantil, apontando os aspectos em que as brincadeiras e jogos entrelaçados ao elemento da ludicidade podem oportunizar um bom desenvolvimento infantil e ricas situações de aprendizagem.

Assim, concluímos que as atividades desenvolvidas na Educação Infantil que sejam pautadas no componente lúdico são extremamente favorecedoras do desenvolvimento infantil e favorecem às aprendizagens significativas.

Reforçamos que todo conteúdo teórico deste trabalho foi realizado e baseado em pesquisas dos grandes estudiosos do tema.

CAPÍTULO 1

1.1 O SURGIMENTO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

Esse capítulo apresenta o percurso histórico do conceito de infância, um conceito que é relativamente novo, com vistas à compreensão do complexo e multifacetado processo de construção social da infância e o papel da escola diante dessa invenção da Modernidade. A atenção ao conceito de infância só surgiu efetivamente no século XIX, tanto no Brasil, quanto em outras partes do mundo, porém, ainda não recebe a atenção que merece.

A história da educação infantil em nosso país tem, de certa forma, acompanhado a história dessa área no mundo, havendo, é claro, características que lhe são próprias. Até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social, eram recolhidos nas "rodas de expostos" existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII (OLIVEIRA, 2002, p.91).

Poucos historiadores haviam manifestado algum interesse pelo tema da infância no período do século XII, pois as crianças pequenas, eram vistas pelos adultos como uma existência pronta a ser substituída porque permaneciam anônimas e sem utilidade; a experiência da família e da sociedade com as crianças eram curtas e insignificantes.

Até o século XII, a criança não era vista como uma pessoa em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, mas como um adulto em miniatura; desde muito cedo muitas vezes trabalhavam e ajudavam nas tarefas domésticas, além disso, as condições sanitárias gerais eram precárias e com isso a saúde delas era muito instável, o que tornava o índice de mortalidade infantil muito alto.

Os adultos não tinham preparo para lidar com as crianças, tratando-as como dito anteriormente, como adultos. Portanto, as crianças de uma certa idade não tinham identidade própria, adquirindo-a somente quando conseguissem fazer algo parecido com o que os adultos faziam, por exemplo, serviços, e tarefas de casa.

As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes

acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÉS, 1986, p. 10).

No período do século XII ao XVII, os adultos se relacionavam com as crianças sem discriminações, falavam vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras, todos os tipos de assuntos eram discutidos na sua frente.

As crianças eram vistas como páginas em branco a serem preenchidas. Quem atribuía os modos de pensar e costumes eram os responsáveis por elas, portanto cabia a eles desenvolver nelas a razão e o caráter e prepará-las para a vida adulta, mesmo não tendo preparo e não procurando entender e aceitar as semelhanças e diferenças de cada uma.

A criança poderia desempenhar funções utilitárias para a sociedade, e, a partir dos sete anos de idade, quando retornava para sua família, pois antes dessa idade, muitas vezes, eram criadas por outras famílias e só retornavam para casa aos sete anos, que era a idade em que estariam aptas para ser inseridas na vida da família e no trabalho.

Com isso, a criança era iniciada na vida adulta, passando a ser útil na economia familiar, sendo vista como um investimento; imitava seus pais, realizando trabalhos e tarefas de casa, cumprindo assim, seu papel perante a coletividade. Além disso, as crianças participavam normalmente de reuniões, festas e danças. Isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pura, ou na diferença de características entre adultos e crianças.

Isso era considerado, então, uma forma de educação, pois as escolas eram destinadas somente a alguns grupos sociais.

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje (ARIÉS, 1986, p.10).

Para Ariés, a família não era sentimental e o sentimento de amor materno não existia, pois, as crianças eram substituídas facilmente se nascessem com algum tipo de deficiência ou pelo simples fato de acharem que deveriam ter uma criança de espécime melhor, mais saudável, mais forte e que correspondesse às expectativas

dos pais e de uma sociedade que estava organizada em torno dessa perspectiva utilitária da infância.

Assim, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade infantil também era algo aceito com bastante naturalidade, portanto foram séculos de altos índices de mortalidade e de práticas de infanticídio.

Fatores como a alta mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o elevado número de acidentes domésticos levaram alguns segmentos da sociedade, incluindo religiosos, empresários e educadores, a pensar em um espaço de cuidado infantil para além do familiar.

Desse modo, no século XVII, as mudanças com relação ao cuidado com a criança começaram a ocorrer, com a interferência dos poderes públicos e preocupação da Igreja. A igreja católica passou a ter um pensamento diferente, com novas condutas, fazendo com que a caracterização da infância fosse se modificando, concebendo que a educação poderia tornar as crianças pessoas mais honradas. Essa nova mentalidade fez com que finalmente, a criança fosse percebida como criança e não como um adulto em miniatura.

Essa transformação fez com que a criança passasse a ser reconhecida e caracterizada como indivíduo social, integrado à comunidade, fazendo com que a família demonstrasse preocupação e interesse por sua educação e saúde; há uma visível necessidade de se planejar os nascimentos, pois os pais passaram a se sentir responsáveis pelo futuro da criança.

A individualização da criança significou, neste momento da história, ver a criança como indivíduo, caracterizando-a em seu próprio mundo; finalmente, a criança foi percebida como criança. Com esse reconhecimento da criança como um indivíduo, surgiram medidas para salvar as crianças, fazendo com que as condições de higiene, saúde e educação fossem melhoradas.

Grandes autores, como Vygotsky, também deram sua contribuição para que a educação infantil conquistasse seu espaço na sociedade. Vygotsky tinha suas pesquisas voltadas para aprendizagem escolar, e teve uma grande contribuição com seus estudos sobre o desenvolvimento do ser humano, com sua perspectiva, que sempre foi orientada para os processos de desenvolvimento do ser, com destaque da dimensão sócio-histórica e no contato do homem com o outro na sociedade, em especial, ao estudo da aprendizagem e desenvolvimento infantil. Para essa mediação há dois elementos responsáveis que são: o instrumento e o signo e que

ao longo da evolução humana estão ligados no desenvolvimento da espécie e de cada indivíduo que a compõe, com isso, o comportamento do homem se dá a partir das relações com o outro e com o coletivo.

O que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos poderá fazê-lo amanhã por si só. A área de desenvolvimento potencial permite-nos, pois, determinar os futuros passos da criança e a dinâmica do seu desenvolvimento e examinar não só o que o desenvolvimento que já produziu, mas também o que produzirá no processo de maturação (...). Portanto, o estado do desenvolvimento mental da criança só pode ser determinado referindo-se pelo menos a dois níveis: o nível de desenvolvimento efetivo e área de desenvolvimento potencial. (REGO, 1995, p.126).

Vygotsky defende a ideia de que a educação que o homem recebe no contato com outros seres humanos desde os primeiros anos de vida vai interferir na sua formação como ser humano.

Como afirma Mello:

A educação da criança, por exemplo, é o processo de humanização, pois desde os primeiros anos de vida ela está sofrendo constantes estímulos do mundo que a cerca, a partir disto esta criança irá aprender como ele funciona e assim absorverá costumes, hábitos e criará a sua personalidade (MELLO, 2004).

O desenvolvimento cognitivo da criança ocorre pela aquisição gradual dos processos de mediação simbólica, oralidade, símbolos matemáticos e sistemas de escrita e leitura. Essas reflexões do desenvolvimento da criança são como de grande contribuição para o campo da educação.

O indivíduo não tem instrumentos endógenos para percorrer, sozinho, caminho do pleno desenvolvimento. O mero contato com os objetos de conhecimento não garantem a aprendizagem, assim como a simples imersão em ambientes informadores não promove, necessariamente, desenvolvimento, balizado por metas culturalmente definidas. A intervenção deliberada dos membros mais maduros da cultura no aprendizado das crianças é essencial ao seu processo de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1996. p.61).

Vygotsky expõe que o aprendizado se dá por meio da zona de desenvolvimento proximal, portanto, à distância entre o nível de desempenho real - aquilo que a criança é capaz de fazer sozinha - e o nível de desenvolvimento potencial - o que pode fazer com ajuda de alguém. Deste modo, tanto os pais quanto os professores da Educação Infantil são responsáveis pelo desenvolvimento das crianças.

O desenvolvimento das funções psicológicas superiores, se dá a partir da interação entre a criança e as pessoas com as quais ela convive; as crianças são

influenciadas com costumes de sua cultura, e pelos estímulos dos adultos, portanto se desenvolvem a partir das interatividades com o meio social em que vivem e seus períodos de desenvolvimento infantil se alternam entre aqueles em que a atividade principal tem foco no aspecto emocional-interpessoal e os períodos com foco no aspecto cognitivo. A linguagem contribui enormemente para todo esse processo.

O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independente de desenvolvimento, convergem (REGO, 1995, p.62).

Para Vygotsky, cada período da vida possui uma estrutura psíquica, uma estrutura genética, de padrões de raciocínio, na formação dos conceitos, mas essa estrutura não está pronta, modifica-se nas relações culturais por meio da mediação humana. A linguagem infantil emerge da fala socializada, e as crianças assim vão formando seus conceitos espontâneos.

No entanto, esses conceitos não a levam a princípio a um raciocínio científico sólido. Os conceitos científicos não são adquiridos sem atividade de ensino determinadas, Vygotsky propõe que a instrução deve abordar funções emergentes que podem ser moldadas pela educação. O currículo e a sua pedagogia partem da suposição de que as crianças em idade escolar são particularmente sensíveis à aprendizagem formal como atividade principal.

Entre as colaborações da pesquisa da teoria de Vygotsky para o ambiente escolar, é de grande importância o desenvolvimento da função simbólica, tanto na esfera verbal quanto na não-verbal, a qual serve como um pré-requisito para o desenvolvimento do letramento e outros sistemas simbólicos usados no ambiente escolar; além disso o professor é de suma importância no processo da formação mental da criança devido a sua mediação em sala de aula. Isso faz com que a criança aceite o seu novo papel como aluno e reduza seu “egocentrismo” cognitivo.

A imaginação é um modo de funcionamento psicológico especificamente humano que não está presente nos animais nem nas crianças muito pequenas. É, portanto, impossível a participação da criança muito pequena numa situação imaginária. Ela tende a querer satisfazer seus desejos imediatos: ninguém jamais encontrou uma criança muito pequena, com menos de três anos de idade, que quisesse fazer uma coisa dali a alguns dias, no futuro (REGO, 1995, p.81).

Vygotsky estabelece uma relação estrita entre o jogo e a aprendizagem. E garante que não é o caráter de espontaneidade do jogo que o torna uma atividade importante para o desenvolvimento da criança, mas sim, o exercício no plano da

imaginação da capacidade de planejar, imaginar situações diversas, representar papéis e situações do cotidiano, bem como, o caráter social das situações lúdicas, os seus conteúdos e as regras inerentes à cada situação. Dessa forma, os Campos de Experiências oportunizam práticas lúdicas na formação infantil.

O desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. Nas interações sociais ocorre a ampliação dos laços afetivos que a criança pode estabelecer com as outras crianças e com os adultos, o que contribui para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas a serem valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si própria.

Isso pode ocorrer nas escolas de Educação Infantil que se constituem, por excelência, em espaços de socialização, pois propiciam o contato e o confronto com os adultos e crianças de várias origens socioculturais, e, com diferentes valores, fazendo dessa diversidade um campo privilegiado da experiência educativa.

O trabalho educativo na escola de Educação Infantil pode, assim, criar condições para as crianças se conhecerem, descobrirem e ressignificarem novos sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais.

A educação para o público infantil no Brasil passou por grandes mudanças no quesito concepção da infância e no que diz respeito à outras singularidades.

Destinada ao público infantil sofreu alterações junto ao processo mundial na valorização a criança e invenção da infância, sem deixar de lado suas particularidades locais, caracterizadas pelo assistencialismo que marcou as primeiras instituições destinadas ao referido público.

Em busca de respostas para as dificuldades que as crianças vinham sofrendo ao longo de sua infância, a exemplo, a alta mortalidade infantil, apareceram as Creches, financiadas por instituições filantrópicas; essas tinham como objetivo, cuidar das crianças que passavam por mais necessidades, em visível situação de vulnerabilidade social.

A ideia de criação de Jardins da Infância, não foi bem aceita pelas elites dominantes, e, o Estado, não assumiu essa responsabilidade, pois, a criação de instituições para abrigar essas crianças visava somente ajudar à uma população mais pobre, denotando desde sua origem um visível caráter assistencialista.

As primeiras tentativas de organização de creches, abrigos e orfanatos assumiram um caráter auxiliar, visando atender mulheres que trabalhavam fora de casa e viúvas desamparadas.

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, 2001, p. 13).

Essa mudança cultural aponta para mudanças na família e nas relações estabelecidas entre pais e filhos. A criança passa a receber a própria educação da família, o que a faz ter um novo sentido de despertar. Com essa educação e o apego dos familiares, há a necessidade de uma melhor educação dos filhos.

A preocupação da família com a educação da criança fez com que mudanças ocorressem e os pais comessem, então, a encarregar-se de seus filhos. Conseqüentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia (ROCHA, 2002. p.57).

Dessa forma, a sociedade começa a criar instituições específicas para crianças, dentre essas, as escolas. Essas instituições educacionais foram criadas, com o objetivo de educá-las e resguardá-las, e não somente auxiliar aos desamparados.

Uma consciência da vida que já não implica o respeito às antigas solidariedades e pretende valorizar o indivíduo obriga a recorrer a terceiros, preceptores e orientadores de estudos, cuja missão consiste em abrir a criança para conhecimentos que seus pais não poderiam lhe dar. Na verdade, os pais compreendem que o isolamento no espaço privado poderia frustrar a criança, pois eles próprios são incapazes de dar-lhe uma formação alternativa como a que receberam outrora da comunidade (GELIS, 1991 p.314).

No final do século XIX e início do século XX, creches e Jardins de Infância implementaram tendências: políticas, legais, médicas higienistas e religiosas protegendo crianças moralmente abandonadas, ambos voltados para às famílias e crianças.

O movimento trabalhista ganhou força devido a uma série de fatores, incluindo a industrialização do país, a entrada da mão de obra feminina no mercado de trabalho e a imigração europeia para o Brasil. Uma população de imigrantes começa a se organizar nos centros urbanos mais industrializados, exigindo melhores

condições de trabalho, entre elas, a criação de instituições de ensino e assistência aos filhos dos trabalhadores das indústrias.

Assim, até metade dos anos de mil novecentos e setenta, pouco se fez em termos de legislação para garantir esta modalidade educativa denominada Educação Infantil. Na década de 1980, diversos setores da sociedade, como organizações não governamentais (ONGs), pesquisadores da área da Educação Infantil, acadêmicos, civis e outros, se uniram para aumentar a conscientização sobre os direitos das crianças à educação de qualidade desde o seu nascimento. Historicamente, o direito da criança à educação foi legislado por quase um século até que a Carta Constitucional de 1988, efetivamente reconheceu esse direito.

Assim, o primeiro grande marco na história da Educação Infantil veio com a Constituição de 1988, que reconheceu pela primeira vez a creche e a pré-escola como parte do sistema educacional no país.

Todavia, o Estado ainda não possuía obrigação de garantir uma educação de excelência para as crianças brasileiras, pois o ensino público era tratado somente como um amparo para aqueles que não tinham condições. No Brasil, o Direito à Educação foi reconhecido apenas na Constituição Federal de 1988.

Além da Constituição Federal, de 1988, temos duas leis que regulamentam e complementam o Direito à Educação, sendo elas: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Apenas com esta institucionalização da escola infantil é que o conceito de infância começa lentamente a ser alterado, por meio da escolarização das crianças com base nas leis que estão sendo criadas para proporcionar o melhor para o desenvolvimento da criança.

As creches foram incluídas na área de competência da Educação com a promulgação da Constituição de 1988, ao lado da pré-escola. Isso muda a concepção de atendimento à criança. Agora, mais do que atender a uma necessidade da família, para auxiliar somente as mais necessitadas ou àquelas que a mãe precisa de um local para deixar o filho enquanto trabalha, é preciso atender a toda e qualquer criança em todas as suas necessidades de um ser em desenvolvimento.

De acordo com o exposto, as crianças foram aos poucos sendo valorizadas como um ser em desenvolvimento, com valores e princípios, deixando de ser apenas um adulto em miniatura, e os adultos, igrejas e o próprio estado começou a

se preocupar com a educação destas, dessa vez, não apenas para “cuidar”, mas também para educação.

No próximo capítulo discutiremos o importante avanço da educação da criança, devido as leis implementadas ao longo dos anos, fazendo com que a educação ganhasse um espaço, com base e com apoio nas leis impostas pelo governo.

Faremos um breve histórico do papel de cada uma das leis e sua importância para o desenvolvimento infantil e como essas vêm auxiliando o professor em sala de aula em suas propostas pedagógicas.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO INFANTIL: a conquista de direitos da primeira infância

A partir do momento em que há uma tomada de consciência sobre a importância das experiências infantis, principalmente, no tocante ao desenvolvimento da criança na primeira infância, foram criadas várias políticas, programas e leis com vistas a promover e ampliar as condições necessárias visando a garantia dos direitos das crianças, enquanto cidadãs que por sua vez, passaram a ocupar lugar de destaque na sociedade.

De um modo geral, a Educação Infantil inclui todas as formas de educação que as crianças recebem nas famílias, comunidades, sociedades e culturas em que vivem. Mas a escola tem um papel importante nesse processo, pois é uma instituição totalmente voltada para o desenvolvimento dessa criança.

O surgimento da escola de educação infantil foi um momento marcante para o futuro das crianças, pois como cidadãos históricos passaram a ter direitos legais os quais foram dispostos em leis e documentos orientadores como: Constituição Federal (CF); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Política Nacional de Educação Infantil (PNEI); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de número 9.394/96; Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Constituição Federal da República do Brasil que está em vigor foi criada em 1988, na sequência foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em 1994 aconteceu a Conferência Nacional de Educação para Todos, com o primeiro Simpósio de Educação Infantil, que aprovou a Política Nacional de Educação Infantil.

Nos anos de 1980 foram realizadas muitas pesquisas, mostrando a importância e o quanto é fundamental os seis primeiros anos de vida no desenvolvimento do ser humano, na formação de sua personalidade e desenvolvimento de sua inteligência. Porém até 1988, não possuía direito à educação obrigatória as crianças brasileiras com menos de sete anos de idade.

Pela primeira vez, a Constituição Federal reconheceu como direito da criança a Educação Infantil, sendo dever do estado garanti-lo. Desde então a Educação

Infantil no Brasil deixou de ter vínculos exclusivamente com a política de assistência social, dando-se então a integrar a política nacional de educação.

Através da criação do Conselho Municipal, do Fundo Municipal e do Conselho Tutelar, os municípios começaram a ter maior responsabilidade com a infância e adolescência.

A Constituição Federal reconhece e exige o amparo da criança e passa a colocar que é dever do Estado, sociedade e da família assegurar a criança com total prioridade, entre outros, o Direito à Educação.

Em 1988 a Educação Infantil passou a ser reconhecida formalmente na Constituição, ao determinar em seu artigo 208, inciso IV que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em Creche e Pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” (BRASIL, 2004, p.122).

Com a LDB de n° 9.394/96, a Educação Infantil passou a ser colocada como a primeira etapa da educação básica no Brasil, tornando-se a responsabilidade dos municípios, que passaram a ter obrigação de disponibilizar espaço e vagas para atender as crianças de sua localidade. Como também essa lei tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº. 9.394/96, dispõe sobre o direito da criança à educação e referenda, o direito da criança de 0 a 5 anos à educação infantil.

Capítulo II, Seção II, Da educação infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL,1997, p.22).

Essas leis defendem o direito da criança de uma forma integral, tanto na área da educação como pessoal. Nos parágrafos seguintes iremos brevemente citar as leis, e sua devida importância e origem.

Nesta concepção pedagógica a criança é vista como um ser social, histórico e que está inserido em uma determinada classe social e cultural. A distinção entre a criança e o adolescente e seus direitos no âmbito geral já estão previstos no artigo 2º do ECA entre criança e adolescente.

Criança é o menor entre zero e 12 anos e adolescente, o menor entre 12 e 18 anos de idade. O artigo 4º relata os direitos básicos da criança e do adolescente, dentre eles, à educação, à profissionalização e à cultura.

O ECA foi regulamentado no Brasil em 1990, pela CF e define os direitos das crianças e os adolescentes como sujeitos de desenvolvimento que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, da sociedade e do Estado.

Logo depois do ECA ser instaurado, dentro da legislação da educação, uma das leis que foi destaque é a LDB de nº 9.9394; estas legislações é que oferecem as bases legais desta área da educação e seus princípios.

A nova LDB, foi promulgada em 20 de dezembro de 1996 e abrange os mais diversos níveis de educação: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio. Nessa legislação encontramos os princípios gerais da educação, bem como as finalidades, os recursos financeiros, a formação e diretrizes para a carreira dos profissionais da educação. Além disso, essa é uma lei que se renova a cada período, cabendo à Câmara dos Deputados atualizá-la conforme o contexto em que se encontra a nossa sociedade.

Em 1995, o Ministério da Educação e do Desporto publicou o primeiro manual de atendimento para creches, intitulado PNE (Política Nacional de Educação Infantil).

O Plano Nacional da Educação (PNE) foi sancionado após quatro anos de tramitação no Congresso Nacional. Esse Plano elaborado no ano de 2014 visa melhorar a educação no país com base em 20 metas, que devem ser atingidas em 10 anos.

O PNE, estabelecido pela Lei Nº 13.005, é um documento que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre o período de 2014 a 2024.

Portanto, todos os estados e municípios devem estruturar seus planos específicos, mais conhecidos como Planos Subnacionais de Educação, mostrando como vão alcançar e atingir as metas previstas pelo PNE, considerando, o contexto e as necessidades locais.

Logo depois do Brasil promulgar lei da LDB, foram sancionados dois novos documentos para a educação, o RCNEI, e as DCNEI.

O RCNEI foi elaborado pelo Ministério da Educação com o objetivo de auxiliar o professor de Educação Infantil no trabalho educativo diário junto às crianças

pequenas, servindo de base para as discussões entre profissionais da área em todo o país, não sendo, entretanto, de uso obrigatório.

O RCNEI afirma que:

A prática da educação infantil deve se organizar de modo que as crianças evoluam as seguintes capacidades:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998, v. 1, p. 63).

Além do RCNEI, as DCNEI foram elaboradas para orientar as propostas pedagógicas na Educação Infantil reunindo fundamentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB), para conduzir as políticas públicas e o planejamento e verificação de propostas pedagógicas e curriculares.

Além dessas Diretrizes, a legislação municipal e estadual deve ser observada e atendida.

Para efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
- A indivisibilidade das dimensões expressivo motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;
- A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

- O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;
- O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;
- Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;
- A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação;
- A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América (BRASIL, 2010, p. 19).

Essas leis, definem direitos e obrigações das crianças como cidadãs e sobre as responsabilidades dos familiares, sociais e estatais para garantir sua proteção mental, física e moral, capacitando-as para participar de uma educação básica de qualidade.

Além disso, constituíram a Educação Infantil como dever dos municípios e estabeleceram subfaixas: creche para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 6 anos, sendo obrigatório a partir dos 4 anos.

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p.23).

Portando, as leis servem para defender o respeito aos direitos fundamentais das crianças, garantindo-lhes o direito de brincar, a assistência social, um ambiente confortável, seguro e estimulante e alimentação saudável, além de dar-lhes atenção especial durante sua adaptação à creche.

Dessa forma, os espaços de educação tornam-se ainda mais valiosos, fazendo com que fique para trás o estigma sobre um local de “depósito” e guarda dos filhos.

A infância tornou-se um período de transições e eventos muito importantes na vida humana, constituindo parte importante do processo de desenvolvimento permanente. Nesse sentido, não apenas propostas pedagógicas, mas também propostas lúdicas para esse desenvolvimento são valorizadas e enriquecidas.

O enfoque da brincadeira lúdica na Educação Infantil é um dos muitos caminhos que nos possibilita ver como a criança inicia seu processo de adaptação à realidade através de uma conquista física, funcional aprendendo a lidar de forma cada vez mais coordenada, flexível e

intencional com seu corpo, situando-se e organizando-o num contexto espaço – temporal que lhe é recomendável, que começa a fazer sentido para sua memória pessoal (NILES; SOCHA, 2015, p.83).

Além da LDB, outro documento que regulamenta a educação no Brasil é a Base Nacional Comum Curricular, a primeira versão da BNCC foi disponibilizada em 2015, mas no fim de 2017 teve sua homologação para as etapas de educação infantil e ensino fundamental, já no final de 2018 a BNCC foi homologada para a etapa do Ensino Médio.

Na Educação Infantil, a BNCC determina quais são os campos que a criança deve experienciar, levando em conta, seis direitos de aprendizagem. Esses direitos são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

A Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento da criança. A BNCC salienta que é necessário nos atemos especialmente ao desenvolvimento da autonomia, à comunicação e socialização da criança, tornando-se para tanto de grande importância a união entre família e escola.

O documento visa a importância do respeito as diversidades culturais das crianças na sociedade em que vivem, e com isso mostra a importância de considerar o conhecimento prévio dos alunos.

O Brasil, antes da BNCC já possuía dois outros documentos orientadores para a etapa: o RCNEI, de 1998, e as DCNEI, de 2009.

Além disso, o documento da BNCC estabelece com mais acessibilidade os objetivos de aprendizagem propostos nos documentos anteriores.

A BNCC mostra que as instituições de ensino devem amplificar os conhecimentos, experiências e aptidões dos alunos, diversificando e firmando novas aprendizagens.

Nesse caso, é função dos professores, propor essas experiências para os alunos, a fim de que tenham uma finalidade em suas atividades. Portanto, o educador deve monitorar, selecionar, refletir, organizar, planejar e mediar possibilitando o desenvolvimento integral dos alunos.

Nesse documento, também é importante salientar que, brincar está associado ao direito subjetivo e inalienável da criança, na medida em que se apresenta como um aspecto fundamental para o seu desenvolvimento integral. Nos campos de conhecimentos, o brincar surge como abordagem vivencial a ser trabalhada de

forma intencional e organizada pelo professor, já que a brincadeira é considerada pelos estudiosos da Educação Infantil como fonte de aprendizagens significativas.

Assim, é importante que sempre tenhamos um professor planejando as brincadeiras para que sejam efetivamente contribuam, proporcionando uma aprendizagem interativa e prazerosa.

No próximo capítulo trataremos sobre brincar na Educação Infantil e como a ludicidade proporciona benefícios para as crianças que frequentam esta modalidade educativa.

CAPÍTULO 3

3.1 O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Além dos elementos básicos de educação, saúde e bem-estar, as crianças têm o direito de brincar livremente, usar seus corpos para explorar o espaço e aprender a se mover. Compreender os territórios e a sociedade fora de casa, ouvir e participar na tomada de decisões para desenvolver-se de forma abrangente.

A criança na Educação Infantil, passa por uma fase de desenvolvimento na qual ocorre a formação das bases da sua personalidade, a aprendizagem de conceitos, procedimentos, valores e a construção do seu caráter. A criança nessa fase, aprende de forma lúdica nas escolas, porém, essas atividades precisam ser intencionais, diferentes das brincadeiras feitas dentro de casa.

O brincar se constitui em uma expressão livre, que se baseia em divertimento, em ação, imitação, “faz-de-conta”, pois, quando a criança brinca, ela entra em outra realidade, entra em um mundo imaginário, ou até mesmo no mundo adulto e lida com os mais diferentes temas de forma simbólica.

Assim, para o desenvolvimento da criança, o ato do brincar, se torna muito importante, de maneira que as brincadeiras e jogos que vão surgindo gradativamente em suas vidas, desde os mais funcionais até os de regras, proporcionarão experiências e possibilitarão muitas conquistas e a formação da sua identidade.

Segundo o RCNEI (1998), o ato de brincar é muito importante para o desenvolvimento integral das crianças, pois desenvolve autonomia e identidade; elas se relacionam de várias formas com os significados e valores contidos nos brinquedos.

Há muitas formas de brincar: tanto em grupos como sozinhas, entre crianças de idades diferentes, com os pais, os tios, assim como há também as diferentes formas de brincadeiras como: as organizadas pelas próprias crianças, as brincadeiras tradicionais, as educativas, as de construção, as de faz-de-conta e fantasia. O ato do brincar proporciona às crianças uma dimensão de compreensão, por meio da qual elas vivenciam uma variedade de situações, incluindo o brincar de cozinhar, limpar, cuidar de crianças e muito mais. O brincar permite que elas conectem as coisas entre si e, ao conectá-las, construam conhecimentos, que são

adquiridos por meio da construção de relacionamentos, em vez da exposição a fatos de conceitos isolados; é por meio de atividades divertidas que as crianças ganham esse conhecimento.

A brincadeira é uma atividade que a criança começa desde o seu nascimento no âmbito familiar, serve para se divertir, ter prazer, pois interage com outras crianças e adultos com quem convive, e para explorar os espaços e ambientes (KISHIMOTO, 2002, p. 139).

É por meio de uma vivência lúdica, que a criança se desenvolve e aprende com a experiência, de maneira mais integrada e criativa. Assim, a ludicidade, como uma experiência vivenciada internamente, vai além da simples realização de uma atividade.

Na Educação Infantil, há uma série de atividades programadas e destinadas a estimular as crianças a adquirir os conhecimentos e habilidades que elas precisam desenvolver.

A Educação Infantil, precisa estar comprometida em oferecer às crianças os seis direitos de aprendizagem dispostos na BNCC:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BRASIL, 2018, p. 38).

De acordo com Kishimoto (1994), na Educação Infantil, o brincar estará sempre presente, pois é brincando que a criança entende o seu mundo. É brincando

que ela aprende. Por meio da brincadeira a criança interage com o meio (objeto, pessoas).

Kishimoto (1994) afirma que, o brinquedo é um objeto que pode e deve ser utilizado na atividade lúdica e na recreação, ele é instrumento da brincadeira. Qualquer objeto pode ser um brinquedo, inclusive o corpo. A criança tem o poder da imaginação a ponto de transformar qualquer objeto em brinquedo (fantasia faz-de-conta, brinquedo simbólico). O brinquedo é a oportunidade de desenvolvimento, pois, brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere habilidades. Além de estimular a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção.

Já a brincadeira refere-se, basicamente, a ação de brincar, ao comportamento espontâneo que resulta de uma atividade não estruturada. Por exemplo: quando a criança brinca de faz-de-conta (papai e mamãe, de fazer compras) ela está usando o seu imaginário e imitando o real.

Quando brincam de faz-de-conta as crianças analisam aspectos da vida cotidiana e conquistam espaços de poder que as auxiliam a confrontar o mundo e os adultos. O faz-de-conta é uma das principais marcas da entrada da criança no jogo simbólico, no universo da cultura e da sociabilidade.

Além disso, toda a experiência acumulada da criança também aparece nessas brincadeiras, as crianças aprendem a respeitar e obedecer às normas e regras, além de existir um processo de negociação, troca, partilha e confronto, fazendo com que tenha momentos de equilíbrio e desequilíbrio, o que oportuniza-lhe novas conquistas coletivas e individuais.

O lúdico tem um papel muito mais amplo e complexo do que, simplesmente, servir para treinamento de habilidades psicomotoras, colocadas como pré-requisito da alfabetização. Através de uma vivência lúdica, a criança está aprendendo com a experiência, de maneira mais integrada, a posse de si mesma e do mundo de um modo criativo e pessoal. Assim, a ludicidade, como uma experiência vivenciada internamente, vai além da simples realização de uma atividade, é na verdade a vivência dessa atividade de forma mais inteira (BACELAR, 2009. p.26).

Os centros educacionais infantis além de inserir a criança em um ambiente distinto da família, se tornaram lugares de ampliação e descoberta das experiências individuais, culturais, educativas e sociais.

O enfoque da brincadeira lúdica na Educação Infantil, é um dos muitos caminhos que nos possibilita ver como a criança inicia seu processo de adaptação à

realidade por meio de uma conquista física e funcional aprendendo a lidar de forma cada vez mais coordenada, flexível e intencional com seu corpo. Porém, para que esse desenvolvimento seja efetivo, é de extrema importância o papel do professor nesse processo, pois é ele quem vai guiar as crianças durante o processo de aquisição de conhecimento, realizando atividades que serão efetivas na vida da criança, criando espaços, disponibilizando materiais, e mediando a construção dos conhecimentos, fazendo com que as experiências para as crianças sejam enriquecedoras.

Para que as brincadeiras infantis tenham lugar garantido no cotidiano das instituições educativas é fundamental a atuação do educador. É importante que as crianças tenham espaço para brincar, assim como opções de mexer no mobiliário, que possam, por exemplo, montar casinhas, cabanas, tendas de circo etc. O tempo que as crianças têm à disposição para brincar também deve ser considerado: é importante dar tempo suficiente para que as brincadeiras surjam, se desenvolvam e se encerrem (REGO, 1995, p.114).

A brincadeira deve estar presente na Educação Infantil, para que a criança passe a desenvolver sua autoconfiança, a curiosidade, a intelectualidade, a exploração, a emoção, o raciocínio, a psicomotricidade, aspectos estes que a auxiliarão na formação dos seus valores. Portanto, o meio lúdico pode ser visto como um ambiente capaz de acolher a espontaneidade da criança em busca do seu próprio ser, onde ela pode ser criativa, espontânea e sentir-se segura.

Segundo Rego (1995) para Vygotsky é enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento de uma criança.

[...] por meio do brinquedo a criança aprende a atuar numa esfera cognitiva que depende de motivações internas nessa fase idade pré-escolar ocorre uma diferenciação entre os campos de significado e da visão o pensamento que antes era determinado pelos objetos do exterior passa a ser regido pelas ideias a criança poderá utilizar materiais que servirão para representar uma realidade ausente por exemplo uma vareta de madeira Como uma espada um boneco como filho no jogo de casinha papéis cortados como dinheiro para ser usado na brincadeira de lojinha etc. nesses casos Ela será capaz de imaginar abstrair as características dos objetos reais e de se deter no significado definido pela brincadeira (REGO,1995 p.81).

Brincar para a criança, proporciona uma sensação prazerosa, além de estimular sua imaginação, promove a integração, melhor convivência e comunicação entre as crianças. Diante disso, foi fundamental que a Educação Infantil assumisse esse compromisso de desenvolver a criança por meio do lúdico, do brincar, porém sempre com o acompanhamento de um educador, para que as atividades sejam efetivas para criança.

3.2 O PAPEL DO MEDIADOR NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES LÚDICAS

Conforme o exposto nos capítulos anteriores, para que a criança possa atingir seu desenvolvimento pleno é fundamental que o professor conduza seu trabalho num clima de tranquilidade, que provoque uma sensação de amizade, e de segurança, para que a criança possa respeitar e confiar. O professor de Educação Infantil para trabalhar de forma a alcançar o desenvolvimento dos seus alunos necessita ter uma formação diferenciada, dependendo das motivações e tendências internas, e não por incentivos fornecidos por objetos externos.

A esperança de uma criança ao caminhar para a escola é encontrar um amigo um guia um animador, um líder alguém muito consciente e que se preocupe com ela e a faça pensar (ALMEIDA, 1987, p.195).

Pensar a respeito da formação de professores da Educação Infantil, requer muita atenção, pois a esses educadores pertence a mais importante fase de desenvolvimento de uma criança, pois os primeiros anos de vida são essenciais para o desenvolvimento infantil. Esses educadores com a formação correta acrescentarão e contribuirão muito com o desempenho delas.

Integrar os aspectos relativos à construção de conhecimento com a afetividade a criatividade a ética e a paixão pelo saber é também objetivo de uma proposta de formação e qualificação de profissionais de creche que considera seus atores como autores e produtores de cultura (KRAMER apud GUSMÃO, 1997, p. 88).

Portanto, é necessário que o educador tenha amor pelo trabalho, e que haja uma boa e importante relação entre professor- aluno para que ambos possam atingir seus objetivos.

Esta relação que existe em função de um trabalho dos alunos com o conhecimento, mediado pelo professor, o qual deve ter o papel facilitado, frequentemente assume características desvirtuadas de sua finalidade uma "boa relação confunde-se muitas vezes com aquela em que o professor "bonzinho", "camarada", "amigo", fecha os olhos para as exigências do trabalho escolar, prioriza circunstâncias particulares de exigências do aluno, erigindo-as como pilares da inviabilização de um verdadeiro processo formador. Uma outra versão presente no cenário escolar, é o da "relação séria", em que o "bom professor", "rigoroso", eleva o conhecimento e suas exigências a condição de prioridade em detrimento das reais condições de existência do aluno, constatando-se, contudo, resultado semelhante ao da situação anterior (PENTEADO, 2003, p. 165).

Para Penteado (2003), a visão dos professores é separada muitas das vezes em duas formas, no professor bom que auxilia os alunos, e a do professor severo que exige mais e é analisado bom.

No entanto, a concepção de que apenas professores severos são bons é incorreta, porque as crianças necessitam se sentir confiantes e seguras para atingir todo o seu potencial, e um "bom" professor, desenvolve seu aluno em todo o seu potencial, mesmo que sua sala não seja estática e silenciosa, como muitas vezes é exigida por um professor severo.

No caso da relação professor/alunos vivido hoje em grande parte da realidade escolar brasileira sob a forma de uma "relação burocrática" através de um contrato categórico, o problema que se enfrenta, na capacitação de docentes, é a liberação da espontaneidade e, portanto da capacidade criadora para que atinja um "encontro vigoroso" do educando com o conhecimento, mediado por ações significativas do professor isso implica um "exercício de alteridade", em que o profissional "coloca-se no lugar do outro. Para este exercício, o jogo de papéis, os jogos de simulação ou representação, os jogos dramáticos, constituem recursos excelentes, senão únicos (PENTEADO, 2003, p.167-168).

Para esta autora, na formação de professores há a necessidade dos educadores se colocarem no lugar de seus alunos e por meio de jogos e brincadeiras, podemos conseguir isso.

As brincadeiras que são oferecidas à criança devem estar de acordo com a "zona de desenvolvimento proximal" em que ela se encontra. No processo da educação, o papel do professor é de suma importância, devendo sempre estar atento as atividades propostas na sala de aula.

Ainda para Penteado, o educador tem uma função essencial para guiar trabalhos lúdicos, levando os alunos a alcançar os objetivos específicos da aprendizagem dos conteúdos, conseguindo, assim, motivar a socialização dos educandos e desenvolver a capacidade deles de compreenderem o conteúdo apresentado da melhor maneira possível.

O lúdico tem a finalidade de beneficiar o desenvolvimento da pessoa humana, especialmente, impulsionando o processo de estruturação afetivo e cognitivo da criança. Frequentemente as atividades lúdicas concedem como objetivo, propiciar uma maneira diferente para a criança brincar, ao mesmo tempo, que ela a brinca se desenvolve, interage com outras crianças e adultos e tem aproximação de brinquedos diversificados.

O lúdico proporciona alegria nos espaços em que se faz presente, ao mesmo tempo em que possibilita a esperança de liberdade o mundo todo, sugerindo também que há outras possibilidades para a vida humana (ALVES, 1995, p.42).

A brincadeira é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da autonomia e a construção da identidade, pois o brincar está presente na maior parte

na vida da criança. De fato, a criança desde cedo se comunica por sons e gestos e posteriormente desenvolve sua imaginação favorecendo o convívio no ambiente em que está inserida, o que lhe oportuniza uma vida pessoal positiva e alegre. Por isso é dever do educador estar preparado para interpretar e respeitar as manifestações infantis.

É nos momentos de brincadeiras que a criança desenvolve diversas percepções e sua inteligência, são estimuladas por diferentes interatividades, com isso o ambiente serve como estímulo para a aprendizagem e para conhecer a si e ao outro.

A criança brinca para conhecer a si própria e aos outros em suas relações recíprocas, para aprender as normas sociais de comportamento, os hábitos determinados pela cultura, para conhecer os objetivos em seu contexto, ou seja, o uso cultural dos objetos, para desenvolver a linguagem e a narrativa, para trabalhar com o imaginário, para conhecer os eventos e fenômenos que ocorrem a sua volta (KISHIMOTO, 1994, p.19).

Cada criança tem sua identidade, seu ritmo, enfim, suas peculiaridades, portanto, o espaço escolar que ela frequenta deverá ser formado de elementos que lhe ofereçam ricas oportunidades, com experiências importantes para o seu desenvolvimento.

É essencial olhar para a criança e procurar entendê-la melhor no seu modo de agir no grupo e na sua individualidade, não esquecendo de considerar o contexto social em que está inserida. Assim, é necessário que o professor tenha esse olhar cuidadoso, pois buscando conhecer melhor seus alunos ele consegue ter a consciência de que o brincar ludicamente faz parte da educação dos pequenos, respeitando suas singularidades.

Todavia, nem sempre o brincar é bem-visto; muitas vezes é visto como perda de tempo ou somente uma brincadeira sem finalidade. A mudança de concepções como esta precisa acontecer, principalmente em ambientes escolares. A brincadeira quando concebida como coisa séria, exigirá dos educadores que trabalham na Educação Infantil um planejamento adequado que resultará em melhores aprendizagens, desenvolvendo habilidades para a construção do caráter e pleno exercício da cidadania.

Para Moyles (2006) existe a tendência de esquecer que a maioria dos cenários em que as crianças brincam não é criada do nada. É a sua vida e as experiências que ela traz, que oferece às crianças o material que elas transformam e

do qual se apropriam em seu brincar. Antes da escolarização, essas experiências normalmente são oferecidas pelos cuidadores, de forma deliberada ou incidental.

A escola de Educação Infantil tem a tarefa de inserir no cotidiano das crianças atividades lúdicas diversificadas, fazendo com que o professor fique atento para que as atividades sejam lúdicas, fazendo assim com que as crianças não percam o interesse e se aprofundem cada vez mais nos assuntos e eventos.

Portanto, é fundamental o papel do professor no processo de planejamento das atividades lúdicas, para serem efetivas e diversificadas, pois, na idade do 0 (zero) a 5 (cinco) anos, o pequeno cérebro em constante desenvolvimento está evoluindo e relacionando e transmitindo as mensagens do mundo externo para o interno, possibilitando múltiplos desenvolvimentos, fazendo com que as crianças ampliem seus conhecimentos e capacidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Optamos por fazer uma pesquisa bibliográfica o que nos possibilitou tomar conhecimento de muitos estudos feitos sobre o tema do nosso trabalho.

Ao desenvolvermos nossa pesquisa pudemos perceber a importância do trabalho pedagógico a ser desenvolvido na Educação Infantil pautar-se no planejamento de atividades que tenham como foco a ludicidade.

Assim, buscamos primeiramente a origem do conceito de infância a título de compreendermos as transformações que ocorreram em diferentes períodos da história, tanto em outros países, quanto no Brasil as quais possibilitaram que houvesse uma preocupação com a educação da criança na primeira infância, o que não ocorreu em alguns períodos quando esta fora tratada como um “adulto em miniatura”.

Com as mudanças ocorridas ao longo do tempo, a Educação Infantil foi ganhando espaço e importância, haja vista a criação de leis e orientações curriculares que garantissem os direitos da criança com vistas a ampliar as condições necessárias para a educação da primeira infância.

Na sequência, foram feitas consultas a autores estudiosos do desenvolvimento infantil, o que nos possibilitou a constatação de que as atividades lúdicas são favorecedoras do desenvolvimento, e aprendizagem das crianças na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos que se encontram na Educação Infantil.

O elemento lúdico permite que a criança tenha um desenvolvimento geral e uma visão de mundo mais real; mediante atividades que tenham como foco a ludicidade, a criança desenvolve sua criatividade e faz muitas descobertas, a criança pode, analisar, criticar, se expressar, e transformar a realidade.

Dessa forma, após os estudos feitos de diversos teóricos sobre o tema objeto de nosso trabalho, tornou-se possível responder a nossa pergunta de pesquisa: As atividades que têm como foco a ludicidade, quando desenvolvidas na Educação Infantil, podem ser consideradas como um elemento facilitador do desenvolvimento e aprendizagem infantil?

Assim, pudemos confirmar nossa hipótese inicial de que as atividades lúdicas quando desenvolvidas na Educação Infantil, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento e aprendizagem da criança que está na Educação Infantil.

A partir dos nossos estudos certificamo-nos de que o lúdico é essencial para o desenvolvimento da criança, e que a escola, sendo o primeiro espaço formal para a aquisição do conhecimento, é onde esse desenvolvimento pode ser extremamente favorecido. Com isso é de grande importância que os educadores saibam introduzir na rotina das instituições de Educação Infantil, os jogos e brincadeiras privilegiando o elemento lúdico.

Na Educação Infantil o brincar é uma ação produtiva, muito importante e primordial, é necessário ter um profissional qualificado, e, que saiba dar atividades lúdicas de forma que seus alunos aprendam brincando, garantindo um ambiente em que a criança possa desenvolver sua criatividade, pois assim de forma dinâmica e divertida a aprendizagem irá fluir melhor.

Aprendemos que, a Educação Infantil vem ganhando espaço ao longo dos tempos, com o apoio das leis e orientações curriculares nas quais podemos vislumbrar que o trabalhar com a ludicidade no brincar não é algo sem importância, e que por esse motivo exige um planejamento feito por profissionais competentes da área, para que assim, possa ser de fato o elemento facilitador do desenvolvimento e aprendizagem.

Assim, concluímos que, quando o brincar é inserido nas aulas, e, mediado pelo professor, a criança se desenvolve melhor, nos aspectos: pessoal, cognitivo, físico, afetivo e cultural.

Essa introdução das atividades lúdicas no cotidiano da Educação Infantil é muito importante para que as crianças tenham uma aprendizagem significativa, e para que desenvolvam de forma plena suas potencialidades.

Esperamos que nossa pesquisa possa contribuir com outros profissionais que se dedicam ao exercício da docência na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo. N. de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

ALVES, Rubem. **Histórias de quem gosta de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1995.

ARIÉS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e Educação Infantil**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMeio_ambaixasite. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.- Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 12 out; 2022.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Emenda constitucional n.45, de 30 de dezembro de 2004**. Altera dispositivos de diversos artigos da Constituição Federal, e acrescenta os art. 103B, dentre outros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm. Acesso em: 20 out. 2022.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio... para onde vai. **Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 11-27, jul. 2001

GÉLIS, Jacques. **A individualização da criança: história da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3, 1991.

GUSMÃO, Denise. S. Formação do profissional de creches. Formação do profissional de creche: Dialogo com auxiliares e berçarista. In: FAZOLO, Elaine, CARVALHO, Maria Cristina (org.). **Educação infantil em curso**. Rio de Janeiro. Ravil, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko M: **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira – Thomson Leaning, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

MELLO, Suely Amaral de. A escola de Vygotsky. In: CARRARA, K. **Introdução à Psicologia da Educação**. São Paulo: Avercamp, 2004.

MOYLES, Janet R. **A excelência do brincar**: a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais; tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2006.

NILES, R. P.; SOCHA, K. A importância das atividades lúdicas na Educação Infantil. **Ágora: R. Divulg. Científica**, v. 19, 2015.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1996.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PENTEADO, Heloísa Dias. Jogos e formação de professores: videopsicodrama pedagógico. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). **Jogos, brinquedos, brincadeira e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ROCHA, Rita de Cássia. História da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes. **Analecta**, Guarapuava, PR, v. 3, n. 2, p. 51-63, jul./dez., 2002.